

CRISTIANO ROMERO**VALOR ECONÔMICO****22 JUN 2004**

Um problema além da aritmética

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer construir uma "maioria orgânica" no Senado, palco das principais derrotas políticas sofridas por seu governo até agora. A idéia é atrair, para os partidos da base aliada, senadores da oposição. A mesma estratégia foi usada na Câmara dos Deputados, no primeiro ano do mandato de Lula.

Aparentemente, o governo tem, desde o resultado das eleições em outubro de 2002, um problema aritmético no Senado. Para resolvê-lo, planeja tirar alguns senadores dos três

partidos que lhe fazem oposição — PSDB, PFL e PDT — e abrigá-los provavelmente no PTB, partido que está se credencianando conscientemente para tomar o lugar do PL na aliança preferencial com o PT na chapa presidencial de 2006.

2 O PTB foi o principal beneficiário da revoada de deputados da oposição para a base governista, ocorrida no ano passado. Uma nova revoada, desta vez no Senado, é assunto, no entanto, para depois das eleições municipais. O plano do governo é conversar com os insatisfeitos da oposição, já pensando o futuro (2006). "Muitos senadores vão caminhar de acordo com a questão estadual", diz um senador da base governista.

Um interlocutor privilegiado do presidente diz que a solução virá também por meio de uma reforma ministerial após as eleições. Nem essa possível reforma, abrigando novos aliados na máquina administrativa, poderá desatar o nó no Senado. O problema do governo lá vai além da aritmética.

A equação é complexa porque o ambiente está conflagrado. Como já se esperava, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), não se mexeu para ajudar o governo na votação do salário mínimo. A sua bancada pessoal — que não é extraordinária, tem apenas quatro senadores — votou em peso contra o Palácio do Planalto. Além disso, como presidente da Casa, poderia ter exercido sua influência junto a senadores da oposição, o que não fez. Sarney, na verdade, deu o troco pelo fato de o governo não ter evitado, na Câmara, a rejeição à emenda da reeleição para as presidências no Congresso.

Sem Sarney, a vida do governo no Senado pode não ser fácil. Mas, com ele, não tem sido também. O senador tem cargos no governo. Apesar da derrota da semana passada, ninguém em Brasília está falando em tomar esses cargos. Sarney recebe do governo, portanto, um tratamento especial, algo que não foi dispensado, por exemplo, à senadora Heloísa Helena, punida exemplarmente com a expulsão do PT por ter votado contra a reforma da previdência.

Quando costurou as alianças que, no ano passado, ajudaram o governo a aprovar a controvertida reforma das aposentadorias, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, aproximou-se de Sarney, do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e do líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Enquanto Sarney é o político influente, ex-presidente da República com trânsito em várias bancadas, Renan é quem tem nas mãos a maioria dos votos do PMDB, o maior partido no Senado.

Agora, Dirceu está se afastando de Renan. Na disputa em torno da emenda da reeleição, o ministro ficou do lado de Sarney e do presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), contra Renan, que quer presidir o Senado. Nos últimos dias, ele disse a interlocutores que Renan não será presidente do Senado "de jeito nenhum". Nem Sarney nem ACM deixarão, disse ele.

O salário mínimo de R\$ 260 não foi rejeitado no Senado por culpa de Renan. Dos 21 votos do PMDB, o líder do partido assegurou 14 para o pleito do governo. Nada mal para um partido sem coesão ideológica ou programática. Dos sete senadores restantes, dois eram da cota de Sarney, um ninguém conduz (Pedro Simon), outro responde ao ex-governador Anthony Garotinho (Sérgio Cabral) e um outro (Ramez Tebet), atacado por um correligionário de Lula (o governador do Mato Grosso do Sul), votou contra, em represália.

Sarney e João Paulo articulam-se para tentar, mais uma vez, passar a emenda da reeleição. Procuram convencer o presidente Lula de que é o melhor a fazer, inclusive, em prol da composição da maioria no Senado. O argumento é falacioso. Com a reeleição, Renan Calheiros, que já demonstrou ter força em seu partido, pode se tornar um problema para o governo. Por outro lado, Sarney, mesmo com os cargos que possui, não devotará jamais lealdade canina ao presidente da República.

Ontem, dois políticos com trânsito livre no Palácio do Planalto asseguraram que o tema reeleição no Congresso é "assunto encerrado" para Lula. A resistência se deve justamente ao fato de que tomar partido nessa disputa prejudica o Planalto.

"A unidade do PMDB é vital para o governo", atesta um senador. O governo, raciocina ele, tem que trabalhar para apaziguar o partido, não para dividi-lo.